

Vacina JÁ!  
Em defesa do SUS!  
Contra o negacionismo!

# PUCViva

Edição Especial nº 60- 02/07/2021

Jornal semanal da APROPUC e AFAPUC

## DESMANDOS E CORRUPÇÃO FAZEM CENTRAIS ANTECIPAREM NOVAS MOBILIZAÇÕES

As centrais sindicais e movimentos sociais, diante das denúncias de corrupção levantadas pela CPI que investiga as ações do governo federal em relação à pandemia resolveu modificar e antecipar as futuras manifestações de protesto contra os desmandos do atual governo.

Os recentes depoimentos de funcionários, deputados e diretores de empresas farmacêuticas revelaram que as atitudes de Bolsonaro não se tratavam exclusivamente de negacionismo, mas escondiam escândalos de corrupção de membros da cúpula governamental, alguns deles do conhecimento do presidente.

Assim um novo cronograma de atividades foi estabelecido marcando o sábado 3/julho como um Dia Nacional de Atos e Manifestações pelo Fora Bolsonaro e Mourão, já,

O dia 24 de julho foi mantido como data para uma nova mobilização.

Já na quarta-feira, 30/6 aconteceu o superpedido de impeachment do presidente Jair Bolsonaro. A iniciativa organizada pela ampla campanha Fora Bolsonaro reúne partidos políticos, movimentos sindicais e sociais, juntando os 121 pedidos já encaminhados à Câmara dos Deputados. O movimento pretende

dessa maneira pressionar o presidente Arthur Lira para que abra imediatamente o processo de impeachment.

A APROPUC e a AFAPUC novamente vão apoiar a manifestação indo às ruas por vacina para todos, com quebra das patentes; auxílio emergencial que garanta as reais necessidades dos trabalhadores; defesa do emprego, dos salários e dos direitos sociais e trabalhistas com o fim da terceirização e do trabalho intermitente; salário igual para trabalho igual; contra a as privatizações e a reforma administrativa, apoio financeiro aos pequenos comerciantes.

Novamente os professores e funcionários deverão se concentrar às 16h na esquina da rua Augusta com o Conjunto Nacional.

**#3J**  
**3 DE JULHO | 16H**  
**POR TODO BRASIL**

**PROFESSORES, FUNCIONÁRIOS E ESTUDANTES DA PUC-SP  
TODOS À MANIFESTAÇÃO!**

**FORA BOLSONARO E MOURÃO**

**PELA VIDA, PÃO, VACINA,  
EDUCAÇÃO E EMPREGOS!**

**PONTO DE ENCONTRO DA COMUNIDADE PUQUIANA SERÁ EM  
FRENTE AO CONJUNTO NACIONAL ESQUINA COM A RUA AUGUSTA!**

**A PROPUC + AFAPUC**



# Assinada a Convenção, APROPUC solicita reunião para discutir o Acordo Interno

Foi assinada pelas mantenedoras e sindicatos docentes do ensino superior de São Paulo o acordo salarial, que abrange os períodos de 2019/2021 e a Convenção Coletiva de Trabalho, válida até fevereiro de 2022.

Pelo Acordo Salarial os professores deverão receber neste ano dois abonos de 25% dos seus salários a serem pagos em julho e outubro/2021. A inflação referente ao período fevereiro 2020/janeiro2021, que ficou em 6,29%, será paga com um reajuste salarial de 4% em janeiro de 2022. O restante deverá ser negociado a partir dessa data.

Quanto ao texto das cláusulas sociais a maioria delas foi mantida com as atu-

alizações referentes às medidas provisórias editadas durante a pandemia.

Tão logo a APROPUC tomou conhecimento da assinatura da Convenção soli-

citou em ofício reunião para conclusão da negociação do Acordo Interno de Trabalho dos Professores da PUC-SP com a Fundasp cuja íntegra publicamos abaixo.

## Ofício da APROPUC à Fundasp

À Secretaria Executiva da Fundação São Paulo  
Pe. José Rodolpho Perazzolo  
Pe. João Julio de Faria

A diretoria da APROPUC vem solicitar reunião com a Secretaria Executiva da Fundação São Paulo para dar continuidade às negociações e a subsequente assinatura do Acordo Interno de Professores da PUC-SP, uma vez que a Convenção Coletiva de Trabalho dos Professores do Ensino Superior - condição colocada pelo Secretário Executivo para conclusão de nossas tratativas - foi assinada e divulgada.

Atenciosamente,  
João Batista Teixeira da Silva - Presidente da APROPUC

## PUC homenageia Professor André Russo

No sábado, 26/06, a PUC e sua comunidade homenagearam o Professor André Russo do departamento de Jornalismo. André faleceu no dia 20/06, vítima do coronavírus.

O encontro virtual, transmitida pelo youtube, contou com a presença de professores, colegas e alunos que compartilharam memórias carinhosas e jornalísticas com Russo. “A PUC-SP perdeu um dos seus, com essa morte e algumas outras durante a pandemia, a universidade perde pedaços de si que não poderão ser substituídos”, disse a reitoria Maria Amália.

André foi um dos 516 mil brasileiros mortos pelo vírus, culpa de um governo genocida. Em uma das últimas mensagens, enviada do hospital, direcionada a um dos seus amigos, ele afirmava: “Antes que eu me esqueça, o Bolsonaro é um filho da puta...”. O motivo de luto é de luta, o professor deixou um legado de combate contra esse governo.

O curso de Jornalismo da PUC-SP deliberou, com o apoio da reitoria, o lançamento de um tribunal para fazer o julgamento simbólico do presidente genocida. A condenação será um símbolo de luta para que incentive a comunidade a ir para as ruas contra o atual governo.

## Comissão divulga normas para eleição da AFAPUC

A Comissão Eleitoral para a renovação da diretoria da AFAPUC para o biênio 2021/23 divulgou as normas eleitorais. A Comissão formada pelos funcionários Bruno Pinoti Cason, Maria Aparecida Alves de Souza e Solange Aparecida Cubero Ferreira elaborou um calendário.

As eleições devem ocorrer de forma on-line entre os dias 23 e 26/7. Veja ao lado o calendário completo do processo eleitoral.

CALENDÁRIO DAS ELEIÇÕES PARA A DIRETORIA E CONSELHO FISCAL DA AFAPUC	
05 e 06/7	Inscrição das chapas*
08/7	Divulgação das chapas inscritas
12 a 22/7	Campanha Eleitoral
23 a 26/7	Votação On-line
27/7	Apuração e divulgação dos resultados
29/7	Assembleia e posse da chapa eleita

\*Os documentos para inscrição das chapas estão disponíveis em [www.afapuc.org.br](http://www.afapuc.org.br)



Publicação da Associação dos Professores da PUC-SP e da Associação dos Funcionários da PUC-SP

Edição: Valdir Mengardo

Reportagem e Fotos: Sthefane Mattos

Revisão: Marina D'Aquino

Edição de Arte /Editoração : Valdir Mengardo e Ana Lucia Guimarães

Conselho Editorial: Maria Betriz Abramides, João Batista Teixeira, Jason T. Borba, Victoria C. Weischtordt, Nalcir Antonio Ferreira Jr e Maria Helena Gonçalves Soares Borges

APROPUC: Rua Bartira, 407 - Cep 05009-000 - Fone 3872-2685

AFAPUC: Rua Ministro Godoy, 1055 - Fone 3670-8208

PUCviva: Fone 3872-2685

Correio Eletrônico: [pucviva.jornal@uol.com.br](mailto:pucviva.jornal@uol.com.br)

Pucviva na internet: [www.apropucsp.org.br](http://www.apropucsp.org.br)

# Carta do Coletivo Da Ponte Pra Cá

Desde 2017, a Pontifícia Universidade Católica de SP exige que os estudantes bolsistas da graduação apresentem diversos documentos para comprovar a situação econômica, sob pena de suspensão da bolsa. Segundo o site da Puc (1), essa atualização anual de comprovação do perfil socioeconômico se faz necessária em cumprimento ao artigo 15 da Portaria Normativa MEC nº 15/2017, que assim determina: "*Art. 15. Compete à entidade aferir anualmente as informações relativas ao perfil socioeconômico dos contemplados com bolsas e demais benefícios.*"

Entretanto, durante o ingresso na PUC, já temos que comprovar a situação econômica do nosso grupo familiar para que a bolsa (Prouni ou Fundasp) seja concedida. Neste processo de pré-seleção, é exigida uma série extensa de documentos e declarações. Em seguida, a PUC analisa os critérios e os documentos apresentados, e concede a bolsa de acordo com a ordem de classificação para os candidatos que se encaixam no perfil econômico, que é de até 1,5 salários-mínimos por pessoa da família.

Acontece que exigir obrigatoriamente a renovação anual, com a reapresentação do mesmo rol extenso de documentos já entregues anteriormente para a concessão da bolsa, coloca o estudante bolsista e seu grupo familiar em uma situação de estresse e angústia desnecessários. Isto porque, no mais das vezes, o estudante precisa se deslocar para conseguir tais documentos, além de gerar uma preocupação a mais em meio a períodos de provas e estágios obrigatórios, sem mencionar os custos da

obtenção de toda a documentação. Toda essa situação gera um desgaste à saúde mental dos estudantes bolsistas de maneiradiscriminatória, já que os estudantes pagantes não são submetidos a este procedimento. É importante mencionar que o artigo 15 da Portaria Normativa MEC nº 15/2017 não determina a reapresentação quase integral dos documentos probatórios da condição socioeconômica dos bolsistas. Inclusive, universidades particulares na mesma condição jurídica de filantropia que a PUC-SP, como, por exemplo, a Universidade Presbiteriana Mackenzie e outras, não exigem essa demonstração, bastando a assinatura do Termo de Atualização Coletiva do Usufruto de Bolsa do Prouni.

O Coletivo da Ponte pra Cá entende que, ainda que seja uma exigência burocrática inevitável, o que julgamos não ser, há maneiras a serem pensadas para comprovação do quadro socioeconômico de modo transparente, menos rigoroso e, portanto, menos custoso ao corpo de estudantes bolsistas e seus familiares. Uma das formas, por exemplo, é a aferição amostral e a redução dos documentos exigidos. A problemática da renovação anual de caráter coercitivo já é discriminatória e humilhante por si só, entretanto, se considerarmos o cenário de pandemia, a situação se torna ainda mais grave. É praticamente inimaginável que na maior crise sanitária, econômica e social do Brasil dos últimos tempos, os estudantes de baixa renda da Universidade, com renda per capita de 1,5 salário mínimo devidamente comprovados em

período anterior à pandemia, tenha tido mudança substancial desta condição socioeconômica a ponto de ser suficiente para arcar com os encargos educacionais sem prejuízo de sua subsistência ou de seus familiares (art. 10, IX, § 3º, Portaria Normativa MEC nº19/2008).

Pelo contrário, segundo dados do Datafolha(2), 46% das famílias brasileiras observaram uma redução na renda familiar, e para 45% não houve alteração. Já em pesquisa realizada ano passado por este Coletivo em conjunto com a campanha Nenhum Estudante Amenos(3), ficou demonstrado que aproximadamente 70% dos estudantes bolsistas tiveram sua renda familiar prejudicada(4), o que explicita, mais uma vez, o descabimento de tamanha exigência.

Como classe trabalhadora dentro da Universidade, defendemos a permanência digna do estudante bolsista, a transparência, a humanização e a atenciosidade no processo de renovação das bolsas, com a segurança de que conseguiremos manter nossos estudos, especialmente durante a pandemia, a qual tem afetado mais intensamente os estudantes de baixa renda.

Por todo exposto, reivindicamos que (i) seja afastada a atualização anual da documentação comprobatória da condição socioeconômica do bolsista e de seu respectivo núcleo familiar enquanto perdurar a pandemia; (ii) que a Universidade reavalie internamente a necessidade de tal renovação documental dentro do período anual; (iii) que seja reduzido o rol de documentos exigidos; (iv) que seja repensada a forma

com que esse procedimento é realizado, preferindo-se adotar outras formas de aferição que visem eliminar ou, ao menos, tornar o processo menos penoso aos estudantes bolsistas e suas famílias.

Tendo em vista as reivindicações acima, O Coletivo Da Ponte Pra Cá se coloca à disposição para articulação e construção destas alternativas.

Que a Universidade Se Pinte de Povo!

**Coletivo da Ponte pra Cá - Frente Organizada de Bolsistas da PUC-SP**

Também assinam este documento:

**Associação dos Professores da PUC-SP - APROPUC**  
**Coletivo Feminista Rosa Viva - Fea-PUC**  
**Coletivo Femista Yabá**

1. <https://www.pucsp.br/bolsas-e-financiamentos>

2. <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2020/08/quase-a-metade-dos-brasileiros-viu-renda-familiar-diminuir-na-pandemia-diz-datafolha.shtml>

3. Articulação do movimento estudantil da PUC-SP com foco na permanência estudantil contra elitização < <https://linktr.ee/nenhumestudanteamenos> >

4. Relatório dirigido a professores, coordenações de cursos e Reitoria referente à situação de bolsistas e financiados no contexto de quarentena e ensino remoto na PUC-SP <[https://drive.google.com/file/d/1MntT\\_NERJkEuCFtPQZ0QHyaIZZyvOPC/view](https://drive.google.com/file/d/1MntT_NERJkEuCFtPQZ0QHyaIZZyvOPC/view)>

# Consun homologa resultados do processo de avaliação dos docentes

Na última sessão ordinária do semestre, realizada na quarta-feira, 30/6, o Conselho Universitário homologou os resultados da avaliação dos docentes, relativa aos anos de 2018/2019. Os pró-reitores Marcio Alves da Fonseca e Marcia Flaire Pedroza leram os relatórios provenientes da análise de 1018 professores, dos 1147 docentes da PUC-SP.

Os resultados finais, depois de examinados os dados levantados nos currículos Lattes dos docentes, apresentaram 41% dos docentes da PUC-SP no patamar "excelente", 21% no patamar "muito bom", 15% como "satisfatório", 14% "em observação" e 10% no nível "insatisfatório".

Apesar dos diversos encaminhamentos dos membros da reitoria afirmando que a avaliação não teria um caráter persecutório quase um quarto dos docentes (14% em observação e 10% insatisfatório) da universi-

dade está nos níveis que podem colocá-los em situação de perigo dentro da universidade.

Pelo novo estatuto da universidade esses docentes não poderão participar de concursos de ascensão ou ingresso à carreira e a reincidência nesses itens poderá ameaçá-los de demissão.

Os professores reunidos em várias assembleias da APROPUC denunciaram o caráter irregular da atual avaliação que definiu critérios para julgamento dos docentes no biênio 2018/2019 somente no ano de 2021, ou seja, quando não haveria mais a possibilidade do docente modificar ou acrescentar volume à sua produção acadêmica.

Os resultados foram aprovados pelo Consun que enviará as resoluções para o Conselho de Ensino e Pesquisa, Cepe, que deverá formular uma série de procedimentos que cada unidade deverá adotar para com os professores que ficaram nos

níveis "em observação" e "insatisfatório".

## HOMOLOGAÇÃO DO PROCESSO ELEITORAL

O professor Pedro Paulo Mannus, vice-reitor, apresentou os resultados do processo de escolha dos diretores de faculdade, chefes de departamento e coordenadores, além de representantes nos órgãos colegiados.

O professor relatou o problema da impugnação de candidaturas seja por problemas de idade ou titulação. A Faculdade de Economia e Administração e a Faculdade de Ciências Sociais enviaram recursos alegando a inconstitucionalidade de se bloquear candidaturas por limites de idade. Segundo os pedidos a proibição feria os artigos 7º, inciso XXX, da Constituição Federal, proíbe a diferença de salários, de exercício de funções e de critério de admissão por motivo de sexo, idade, cor

ou estado civil, bem como na Lei nº 10.741, de 2003 - Estatuto do Idoso (Art. 26-28), que faculta aos trabalhadores mais velhos o direito de desempenhar qualquer atividade.

Para o vice-reitor, em que pese o atraso no anúncio da impugnação ela seguiu as normas estatutárias e regimentais. Os resultados da eleição foram homologados pelos presentes, porém quatro cargos ficaram vacantes. Em nova decisão os conselheiros aprovaram a continuidade dos atuais mandatos dos dirigentes em cargos que não apresentaram candidatos, acrescentando que até outubro esses cargos deverão estar preenchidos.

A sessão do Consun contou com a primeira participação da nova bancada dos funcionários administrativos e deverá ser consideravelmente renovada no próximo encontro com a participação de novos representantes docentes.

## Supremo adia julgamento sobre demarcação de terras indígenas

Na quarta-feira, 30/07, o Supremo Tribunal Federal em Brasília encerrou sua sessão sem julgar o Projeto de Lei 490. A discussão foi adiada para o dia 25 de agosto.

Indígenas protestaram, em pelo menos 7 estados, contra a PL.

O projeto prevê a dificuldade da demarcação de terras indígenas. Com a agenda anti-indígena, nasceu uma grande movimentação online e nas ruas con-

tra este marco temporal que propõe a alteração do estatuto do índio e suas garantias.

Cerca de 800 indígenas continuam mobilizados em acampamento em Brasília desde o dia 8 de junho. Em Alagoas, Amazonas, Paraná, Ceará, Santa Catarina, Bahia, Rondônia, Roraima, Acre e Rio Grande do Sul se manifestaram com atos locais e fechamento de rodovias em apoio a causa.

## Ocupação na zona Norte tem instalação elétrica retirada

No dia 28/06 a ocupação Douglas Rodrigues na Vila Maria, zona norte de São Paulo, teve sua instalação elétrica retirada pelos funcionários da Enel. Os cabos retirados são de propriedade de moradores e centenas de casas tiveram a energia desligada.

A ocupação batalha por 7 anos pela regularização do fornecimento de energia mas a empresa se nega a cumprir a obrigação legal. Assim, a ocupação pede para o Governador do Estado e ao prefeito que inicie a instalação de rede elétrica na ocupação.

## Pesquisadores investigam saúde mental do professor durante a pandemia

Um grupo de pesquisadores de diversas universidades, entre elas a PUC-SP estão realizando um estudo para investigar a saúde mental dos docen-

tes durante a pandemia.

Se você está trabalhando durante a pandemia participe da pesquisa clicando <https://bit.ly/saudeprofmental>.